



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA (24ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves;
secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho.

Aos oito dias do mês de agosto do ano dois mil e dezesseis realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, a Vigésima Quarta (24ª) Sessão Ordinária do Quarto (4º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 05 de agosto de 2016. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106, da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), João Antônio Pires Gonçalves (05), Jorge Setoguchi (06), Laércio Rocha Pires (07), Leonardo David Zaniboni (08), Luís Roberto Tavares (09), Luiz Antônio Guarnieri (10), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (11), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (12), Marcos Bento Alves de Godoy (13), Maria Helena Scudeler de Barros (14), Osvaldo Aparecido Quaglio (15), Paulo Sérgio de Souza (16), Waldemar Marcurio Filho (17); conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas na Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único, do Artigo 106, da citada Resolução,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

convidou o Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao **"EXPEDIENTE"**, o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a ata da Vigésima Terceira (23ª) Sessão Ordinária, realizada em 01 de Agosto de 2016, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores João Antônio Pires Gonçalves e Waldemar Marcurio Filho, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na Sequência o Sr. Presidente deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 72, de 2016, de autoria da Vereadora Luzia Cristina Côrtes Nogueira, "Dá denominação oficial à MMR-272, localizada no Bairro Rural Ponte Baixa, de ESTRADA DA CAPELA SANTA CRUZ." (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei nº 73, de 2016, de autoria do Vereador Waldemar Marcurio Filho, "Dá denominação à MMR-305 – 2km + 559m, neste município de Mogi Mirim, para Estrada "JOÃO RODRIGUES DIAS"," (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Projeto de Lei nº 75, de 2016, de autoria do Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp, "Dispõe sobre as áreas de uso comum do loteamento denominado 'Residencial Veneto', sua integração à categoria dos bens dominiais e sobre a outorga de concessão administrativa de uso, e dá outras providências." (ao exame das Comissões Permanentes); 4. Projeto de Lei nº 76, de 2016, de autoria do Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp, "Autoriza o Executivo Municipal a celebrar termo de acordo com a Associação Alma Mater, para o fim que especifica, e determina outras providências." (ao exame das Comissões Permanentes); 5. Projeto de Lei Complementar nº 12, de 2016, de autoria do Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp, "Dispõe sobre a aprovação do plano de urbanização do loteamento denominado 'Jardim Carlos Gomes'" (ao exame das Comissões Permanentes). Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): REQUERIMENTO N° 310/2016 - Autoria: CINOÊ DUZO - Assunto: Requeiro junto ao Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp, informações sobre a data da realização do concurso público da prefeitura, bem como o valor arrecadado com as inscrições do mesmo; REQUERIMENTO N° 311/2016 - Autoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: Requeiro ao Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp, que officie a Presidência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios), solicitando a inclusão de código de endereçamento postal (CEP) nas estradas rurais de Mogi Mirim; REQUERIMENTO N° 312/2016 - Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES - Assunto: Reitero o Requerimento n° 225 de 2016 que solicitava informações a respeito das demissões na empresa Cidade Brasil, devido à resposta incompleta. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: Indicação N° 559/2016 - Autoria: BENEDITO JOSÉ DO COUTO - Assunto: Limpeza e Retirada de entulhos situada às margens da Rodovia dos Agricultores, Estrada municipal que liga a Rodovia Sp 340, referência: Irmãos Davoli; Indicação N° 560/2016 - Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal em conjunto com a Secretaria de Obras, Habitação e Serviço: providências para viabilizar a troca de lâmpadas queimadas na Rua Alfa, em frente ao n° 145, Bairro Paraíso da Cachoeira; Indicação N° 561/2016 - Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal em conjunto com a Secretaria de Obras, Habitação e Serviço: providências para viabilizar a troca de lâmpadas queimadas na Rua Armelinda Davoli, em frente à casa de esquina onde consta a placa com o nome da rua, Bairro Parque Real; Indicação N° 562/2016 - Autoria: JORGE



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

SETOGUCHI - Assunto: Solicito ao Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp através da Secretaria competente, imediata manutenção no pavimento asfáltico Avenida Pedro Botesi, localizada no Bairro Jardim Bicentenário; Indicação Nº 563/2016 - Autoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: Solicito ao Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp através da Secretaria competente, imediata manutenção no pavimento asfáltico da Rua Vinte e Cinco de Janeiro, localizada no Bairro Vila Santa Luzia; Indicação Nº 564/2016 - Autoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: Solicito ao Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp através da Secretaria competente, imediata manutenção no pavimento asfáltico da Rua Dona Sinhazinha, localizada no Bairro Jardim Áurea. Indicação Nº 565/2016 - Autoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: Solicito ao Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp através da Secretaria competente, imediata manutenção no pavimento asfáltico da Rua Doutor Alexandre Coelho, localizada no Bairro Jardim Áurea; Indicação Nº 566/2016 – Autoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: Solicito ao Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp através da Secretaria competente, imediata manutenção no pavimento asfáltico da Avenida Dona Sara Leme da Costa, localizada no Bairro Jardim Áurea; Indicação Nº 567/2016 - Autoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: Solicito ao Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp através da Secretaria competente, imediata manutenção no pavimento asfáltico da Alameda Vital Brasil, localizada no Bairro Jardim Áurea; Indicação Nº 568/2016 – Autoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: Solicito ao Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp através da Secretaria competente, imediata manutenção no pavimento asfáltico da Rua Benedito Martinho de Araújo, localizada no Bairro Jardim Primavera; Indicação Nº 569/2016 - Autoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: Solicito ao Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp através da Secretaria competente, imediata manutenção no pavimento asfáltico



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

da Rua Maria Bonatti Bordignon, localizada no Bairro Jardim Primavera; Indicação Nº 570/2016 - Autoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: solicito ao Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp através da Secretaria competente, imediata manutenção no pavimento asfáltico da Rua Sebastião Bordignon, localizada no Bairro Vila Bordignon; Indicação Nº 571/2016 - Autoria: DANIEL GASPARINI DOS SANTOS - Assunto: Solicita ao Sr. Prefeito Municipal, que através de sua Secretária competente, melhorias na iluminação Pública na Praça Ten. Antônio Costa de Oliveira, localizada no Jardim Silvânia, diante de inúmeras reclamações, pela falta de iluminação devido a muitas lâmpadas queimadas; Indicação Nº 572/2016 - Autoria: DANIEL GASPARINI DOS SANTOS - Assunto: Solicita ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, que através de sua Secretária competente, atuação do serviço “Tapa Buraco”, na Rua Dos Expedicionários, em frente nº 266, Santa Cruz, diante de inúmeras reclamações feitas pelos munícipes moradores da região; Indicação Nº 573/2016 – Autoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: Solicito ao Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp através da Secretaria competente, imediata manutenção no pavimento asfáltico da Rua Sebastião Euzébio de Oliveira, localizada no Bairro Jardim Scomparim; Indicação Nº 574/2016 - Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, através da Secretaria de Segurança Pública e Polícia Militar para: intensificação do Policiamento na Praça Nove de Julho.; Indicação Nº 575/2016 - Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, através da Secretaria de Segurança Pública e Polícia Militar para: intensificação do Policiamento na Praça Duque de Caxias, Centro.; Indicação Nº 576/2016 – Autoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: Solicito ao Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp através da Secretaria competente, imediata manutenção no pavimento asfáltico



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

da Rua Benedito Macário de Matos, localizada no Bairro Saúde; Indicação Nº 577/2016 - Autoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: Solicito ao sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp através da Secretaria competente, imediata manutenção no pavimento asfáltico da Rua Afonso Arcuri, localizada no Bairro Jardim Maria Beatriz.; Indicação Nº 578/2016 - Autoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: Solicito ao Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp através da Secretaria competente, imediata manutenção no pavimento asfáltico da Rua Luiz Gonzaga Guerreiro, localizada no Bairro Jardim Maria Beatriz; Indicação Nº 579/2016 - Autoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: Solicito ao Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp através da Secretaria competente, imediata manutenção no pavimento asfáltico da Rua Pedro Simoso, localizada no Bairro Saúde; Indicação Nº 580/2016 - Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES - Assunto: Indico a Secretaria competente a realização de operação tapa-buracos na Rua Sebastião Francisco, no Jardim Bicentenário; Indicação Nº 581/2016 - Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES - Assunto: Indico a Secretaria competente a realização de limpeza dos bueiros localizado na Rua Francisco Dias Reis, na Vila Dias; Indicação Nº 582/2016 - Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES - Assunto: Indico a Secretaria competente a realização de manutenção na malha asfáltica da Rua Nicarágua, na Vila Universitária; Indicação Nº 583/2016 - Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES - Assunto: Indico a Secretaria competente a realização de operação tapa-buracos na esquina da Rua Goitacás com a Avenida Dr. João Avancini, no Mogi Mirim II; Indicação Nº 584/2016 - Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES - Assunto: Indico a Secretaria competente a realização de operação tapa-buracos na Rua Capitão Aviador Everton Braga Cortelete, no SEAC; Indicação Nº 585/2016 - Autoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: Solicito ao Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp através da Secretaria competente, imediata manutenção na



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

iluminação pública da Rua Santa Cruz, localizada no Bairro Santa Cruz. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): Moção Nº 94/2016 - Autoria: LEONARDO DAVID ZANIBONI E MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS - Assunto: Moção de pesar, com um minuto de silêncio pelo falecimento da Sra. Maria Izabel Leme Tarraschi de 53 anos, ocorrido no dia 01 de agosto de 2016; Moção Nº 95/2016 - Autoria: LEONARDO DAVID ZANIBONI E MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS - Assunto: Moção de pesar, com um minuto de silêncio pelo falecimento da Sra. Maria José Donati Bonatti de 80 anos, ocorrido no dia 01 de agosto de 2016; Moção Nº 96/2016 - Autoria: LEONARDO DAVID ZANIBONI E MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS - Assunto: Moção de pesar, com um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Agostinho Nespini, de 68 anos, ocorrido no dia 29 de julho de 2016. Não havendo mais proposituras, ou quaisquer outros documentos, para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Senhor Presidente suspendeu a sessão às 18h41 para que a Secretária de Finanças, Elisanita Aparecida de Moraes, atendendo ao Ofício 09/2016, protocolado pelo Senhor Presidente, pudesse dar explicações referentes à devolução do duodécimo. Às 18h50, o Senhor Presidente reabriu os trabalhos da presente sessão, ato contínuo, facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Fez o uso da palavra a Vereador Jorge Setoguchi. Iniciou “Querida aqui deixar registrado que segunda-feira passada o Capitão Peixoto, da Polícia Militar, assumiu a Segunda (2ª) Companhia, que é sediada aqui em Mogi Mirim, ele comanda Mogi Mirim e mais três cidades aqui da região, ele está coordenando o Projeto de Policiamento Comunitário Rural, esse projeto seria a integração entre a Polícia Militar e a comunidade rural, onde eles estão fazendo visitas às comunidades rurais e conhecendo a população, o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

agricultor e o pessoal que mora na área rural. E outro objetivo do Capitão Peixoto é fortalecer ainda mais a integração entre a Guarda Civil Municipal e a Polícia Militar, já que esse policiamento comunitário rural está sendo feito em parceria entre a Polícia Militar e a Guarda Municipal. Esse projeto está dando resultado, a população rural está com um sentimento maior de segurança e essa integração está sendo bem vista por essa população. Fiz um requerimento a respeito do código de endereçamento postal para as estradas rurais no qual eu peço ao Prefeito para que seja dado o CEP para as estradas rurais e cada qual ter o seu, já que os agricultores necessitam, pois algumas empresas cobram do CEP e se não tem, a empresas cobram. Então, estamos reivindicando ao Presidente dos Correios que dê esse apoio para nós agricultores. E para deixar aqui registrado, também fiz várias indicações a respeito da operação tapa-buraco e aqui deixo registrada uma rua que é a Rua Maria Bonatti Bordignon, Jardim Primavera, foram feitas várias indicações. Realmente o Prefeito está deixando muito a desejar, são várias indicações e nada de efetuar o tapa-buraco. A respeito do repasse da verba para o município, Presidente, foi um planejamento errado, pois se passou o dinheiro e agora está lá parado, realmente houve um erro de planejamento.”, encerrou. Como desistisse da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires, fez uso da tribuna o Vereador Leonardo David Zaniboni. “Eu gostaria de falar sobre um requerimento que eu fiz que vai entrar somente na semana que vem, mas eu acho pertinente discuti-lo agora, é um requerimento colocando para a Associação Comercial que motive o comércio e os empresários locais de Mogi Mirim para entrar em lojas virtuais, no e-commerce, já que muito se fala em crise e o comércio está sofrendo tanto, mas há um aumento das lojas virtuais, quem de nós nunca entrou em uma loja virtual? Está todo mundo utilizando esse meio e a Associação Comercial tem que ser uma catalizadora para que o empresário de Mogi Mirim entre no e-commerce, pois isso é uma coisa irreversível, daqui trinta anos alguns



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

segmentos de loja de rua não vão mais existir, serão todas virtuais. Então, a Associação Comercial tem que entrar nisso fazendo com que o empresariado de Mogi Mirim abra essas lojas. Em segundo, quero agradecer a presença de vários pré-candidatos do Solidariedade aqui, Carla Mazotine, Gi da Farmácia, Herminho, Nieri, Gebê, Edgar, Fátima e tantos outros, dizer que essa semana foi uma vitória, eu acho que parcial, acho que vou só comemorar dia 1º de janeiro, que até lá muita água pode passar embaixo da ponte. Acho que de todos os municípios do Brasil, que sirva de lição para todos os diretórios estaduais, que existem estatutos a serem seguidos, existem vontades das cidades. Muitas vezes os presidentes estaduais dos partidos nunca foram na cidade, não é o caso do meu que já veio aqui duas vezes, mas não sabem o que está acontecendo na política local, não sabem o que o grupo político unido está pensando e não podem chegar aos quarenta e cinco do segundo tempo e mudar o rumo do partido, como tentaram fazer. Agradeço o apoio de todos, porque a gente sabe que a todo momento, mesmo quando eu estava ausente da presidência do partido, nunca deixei de ser apoiado, os candidatos sempre confiaram em mim e isso me fortaleceu. Como eu não serei candidato pode passar a impressão que para mim tanto faz, mas eu tinha compromissos que eu não podia largar. E que sirva de lição, pois a direção do partido tem que saber que existe um conhecimento da política da cidade e que existe vontade própria, fizemos uma convenção democrática, demos opção para que fosse apoiado o partido que a estadual queria apoiar, foram 9 votos contrários e 1 branco e isso mostra o caminho que o partido estava seguindo e não podia ser alterado. Que fique de lição para as estaduais que aqui na cidade quem manda é a gente.”, finalizou. O próximo orador foi o Vereador Luís Roberto Tavares. “Hoje foi aprovado o Requerimento nº 312, reiterando o Requerimento nº 225/2016, em que nós vereadores pedíamos informações a respeito das demissões feitas pela empresa Cidade Brasil, fiz o requerimento



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

novamente, pois a resposta que veio foi incompleta. A resposta do Sr. Prefeito sobre as demissões foi que eles apenas fizeram um aditivo e que cortaram serviços dessa empresa, em teoria os serviços cortados deveriam começar a ser feitos pelo SAAE e pelo DSM, muitas coisas, que no papel, esses dois órgãos estão fazendo, eram serviços que eram prestados pela Cidade Brasil e por isso foram dispensados os funcionários. Na realidade, eu acompanho e estou sempre nas ruas, como vocês podem acompanhar nas redes sociais, não vejo o SAAE e o DSM fazendo o trabalho que a Cidade Brasil estava fazendo, pode ser que tenha um caminhão, mas falar que está cobrindo total, não. E essa foi a única resposta que nos deram, sendo que foi pedido: relatório dos pagamentos, a planilha dos serviços contratados e a cópia do contrato firmado entre empresa e município. O requerimento está sendo feito, porque a resposta foi incompleta e se não for mandado outra vez, espero que com o apoio de todos os vereadores, a gente entre no Ministério Público e pedir esse documento via promotoria. Senhores vereadores, esse final de semana teve um incêndio na zona leste, eu gostaria de falar em especial para o Luizinho, nós desde o ano passado, com a Maria Helena e Luzia, vimos batendo sobre várias obras paradas em Mogi Mirim, exemplo: posto de saúde do Vergel, da Vila Dias, creche do NIAS, e o incêndio, que acredito ter sido criminoso, foi localizado na obra dessa creche, se a obra já estava atrasada, agora ficou pior, acho que dificilmente será entregue por essa administração. Gostaria do apoio de vocês para cobrar desse Prefeito a entrega dessa creche até o final desse mandato.” discursou. Na sequência o Senhor Presidente registrou a presença de outros dois pré-candidatos do Solidariedade, Quim Enfermeiro e Tiririca Mecânico. Também fez uso da palavra o Vereador Luiz Antônio Guarnieri. “Primeiramente, gostaria de comentar sobre o evento que ocorreu ontem do Residencial Toscana, foi o primeiro evento de carrinho do rolimã, alguns empresários e comerciantes se reuniram com o Secretário de Esportes Dirceu, que deu total apoio



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ao evento, reunimos famílias e crianças, o Lar São Francisco montou uma barraca para venda de alimento e bebidas, a Prefeitura só não teve condições de ajudar com troféus ou medalhas, mas foi tudo explicado pelo Dirceu. Foi uma realização muito bacana e tomara que esse evento possa estar participando do turismo de nossa cidade. Estive conversando, essa semana, com o Senhor Lauro, que é um dos dirigentes da Vila Vicentina, ele está muito preocupado com a situação financeira do município e também como será no próximo ano a verba para as entidades, mesmo porque o Banco Itaú reduziu sensivelmente a verba que era repassada para as entidades e não sabemos como será no próximo ano. Estamos tendo contato, com o conselho de assistência, com ele e com a Senhora Cidinha, porque é uma preocupação para o próximo governo, é necessário deixar relacionadas as verbas para o próximo ano. Outra preocupação das entidades é a programação, para que não se realize mais de um evento no mesmo dia, as entidades se esforçam na realização de eventos, mas é necessário um planejamento para que o público possa comparecer a todas. A respeito do dinheiro repassado para a Prefeitura, aprovado por todos os vereadores, acredito que primeiro, Senhor Presidente, respeito a sua autoridade e determinação para que não fosse feitas perguntas para a Secretária, mas eu acredito que seria um momento extremamente oportuno que pudéssemos fazer questionamentos, ela vem tão pouco aqui, os secretários no geral vêm pouco a esta Casa. No meu modo de entender, fica evidente a falta de planejamento, simplesmente dizer que caiu o ICMS e a receita, não adianta, se tem uma empresa hoje que tem um aumento de receita é porque ela é diferenciada, pois a crise é geral. A Prefeitura, analisando como uma empresa, sofre as consequências da crise econômica, passa por queda de receita, mas é necessário fazer equalização de custo, tem que saber gastar direito o pouco dinheiro que tem, será que isto está sendo feito? Qual a grande obra na nossa cidade hoje? Estava conversando sobre isso com a Dona Luzia e com a Maria Helena,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

fica difícil simplesmente jogar a responsabilidade na queda de receita, mesmo porque não se tem grandes investimentos no município. A Prefeitura tem que ter um sério planejamento, principalmente nessa área de finanças e dá para ver que isso não ocorre.”. A próxima oradora foi a Vereadora Luzia Cristina Côrtes Nogueira. “Gostaria de complementar o que a Elisanita colocou, o meu grande desapontamento, porque foi divulgado, os funcionários e servidores tomaram conhecimento e estavam contando com esse dinheiro, a crise é geral, inclusive para os servidores, eles contavam com esse dinheiro para enfrentar algumas dificuldades no pagamento de alguns débitos. No dia seguinte ao que a gente votou aqui, eu escuto, ao passar pela prefeitura, servidores dizendo que nós tínhamos votados, o dinheiro foi enviado, mas eles não iriam receber o décimo terceiro, a informação vazou lá e aqui nós não ficamos sabendo, porque se soubéssemos não haveria porque aprovar o repasse, ainda lembro de que falei que a prefeitura está cobrando toda hora e passando para a Câmara que precisa saldar conta com a saúde, com a Santa Casa, com os servidores e joga isso nas costas dos vereadores. E a câmara? O plenário onde nós estamos? Não sei como realmente está a reforma, desde quando eu entrei aqui, como está a questão da energia, do telhado, pois quando chegou a época de chuva, choveu aqui dentro do plenário, eu não sei o que vai acontecer se tira-se todo o dinheiro. A responsabilidade do executivo, não pode ser jogada para o legislativo, dentro da minha visão, ele tem que saber quanto vai receber e fazer as contas dentro disso, estamos em crise, é lógico que vamos receber menos. Então, vamos planejar os gastos! Mas o que a gente vê por aí? Uma prefeitura que não consegue atualizar os pagamentos com os seus fornecedores, nós já temos dívidas da época do Carlos Nelson, com a SAAE, CESAM, INSS, agora com os balancetes, eu vi as obras de alguns fornecedores foram questionadas, por isso não foi pago e o pagamento só foi feito na época do Stupp. É a mesma coisa que ele espera fazer? Como é que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

vai ser o próximo governo? Tem a multas das férias? Essa multa já estava prevista e o que está vindo agora é o mínimo, a maior parte dos servidores só vão receber isso na próxima administração, porque nessa administração se entrou com tantos recursos que ainda não chegou, então o pouco que está vindo já era esperado e não foi planejado? Eu tenho falado para os servidores “Cuidado, coloquem o pé no freio, porque se a situação está ruim, vai ficar pior.”. Ela (Elisanita) falou que não recebeu o dinheiro da área federal, mas não podia contar, é algo (13º salário dos servidores) que tem que ser pago e não foi planejado. Tem que começar a planejar, porque se não, a próxima administração não terá como administrar essa cidade, pela falta de planejamento tanto da administração passada quanto da atual. Há no balancete, fornecedores no distrito industrial que estão recebendo nessa administração, e que é da época do Carlos Nelson, inclusive um serviço que é do Wilson Rogério e do pai dele, prestou o serviço e não foi pago.”, declarou. Como o próximo orador, Vereador Marcos Bento Alves de Godoy desistisse, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Eu quero acompanhar o raciocínio do Vereador Robertinho sobre a Cidade Brasil, eu também andei conversando com os funcionários da empresa, eu tenho a impressão que ela já acabou, nós temos apenas três mulheres que varrem as praças e ruas, apenas três mulheres para uma cidade inteira. Eu tenho para mim que nós não teremos mais, até o final desse mandato, servidores fazendo a limpeza da cidade, aliás, uma cidade extremamente suja e abandonada, não há mais o que nós estarmos apontando nesta tribuna. A Praça Rui Barbosa, eu moro lá há 61 anos, nunca a vi em um estado tão lastimável, a noite de ontem, com aqueles jovens jogando Pokemon. Todo o entorno está com a iluminação nova, mais clara, o que é um ponto favorável, mas fica ainda mais aparente o relaxo e o descaso com a praça. Não só a Rui Barbosa, como a Praça da Bandeira, Duque de Caxias e toda a cidade abandonada. É muito triste o que nós estamos vendo, uma



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

administração chegando ao fim, os servidores contando os dias para essa administração acabar e o munícipe também. Eu tenho a impressão que a Cidade Brasil está deixando a função aqui em Mogi, eu não sei quantos homens ainda temos contratados, mas são apenas três mulheres. Também vou pelo mesmo caminho da Vereadora Luzia, nós poderíamos ter conversado um pouco mais com a nossa Secretária, porque realmente faltou a ela, isso nós estamos acompanhando em cima de receita e despesa, com os balancetes, saúde, administração, eu acompanho tudo quando ela vem aqui. Ela está acompanhando toda a dificuldade que o país está passando, as ações dos servidores já é fato, ela sabe que tem que pagar, não há planejamento, essa primeira parcela do décimo terceiro tirou muitos servidores da sua meta. Eu acredito que ela saiba que a União e o Estado estão repassando menos e há mais de dois anos ela já poderia estar com esse dinheiro preparado para pagar a primeira parcela do décimo terceiro, ocorre que não há prioridade, não se definem prioridades nessa administração, por isso o povo não aguenta mais. Uma administração que não tem norte, eu tenho a impressão que ninguém se fala dentro da prefeitura, um fala uma coisa, outro faz outra, é uma administração sem crédito e a Câmara vai no mesmo embalo.”, pronunciou. Desistindo da palavra o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, discursou o Vereador Waldemar Marcurio Filho. “A princípio eu gostaria de fazer uma nota de agradecimento a Polícia Militar de Mogi Mirim, a Guarda Municipal e aos moradores de Martim Francisco, essa semana populares fizeram a prisão de um ladrão em Martim, chamaram a viatura que o conduziu até a delegacia e que por sua vez o delegado plantonista fez um auto de flagrante. O indivíduo invadiu a casa de um senhor de quase setenta anos e tentou roubar um botijão de gás. Olhem só, populares já estão olhando a propriedade dos seus vizinhos e as autoridades competentes estão fazendo a sua parte, sempre quando solicitada está cumprindo o seu dever de imediato, a Polícia Militar, Guarda Municipal e a Delegacia de Polícia Civil.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Essa nota de agradecimento vai para todo o grupo de segurança de Mogi Mirim, porque não adiantaria fazer somente um boletim de ocorrência e soltar, pois ele voltaria a roubar, quando é feito o flagrante cai no artigo 155, que é de furto de qualquer natureza e dá cadeia, inibindo um pouco mais esses furtos. Foi na região rural de Martim, o que é mais importante. Vou aproveitar o ensejo do Vereador Leonardo para falar do comércio de Mogi Mirim, os lojistas estão reclamando, meu filho é empresário e também está reclamando, todos estão sentindo as dificuldades. Fiquei sabendo através de populares de Martim Francisco que estão querendo trazer feira itinerante, novamente, em setembro, para Mogi Mirim. Tem um projeto feito pelo Vereador Leonardo David Zaniboni, nº 134/2013 que impede as feiras itinerantes no município e eu não sei o porquê o prefeito não sancionou até agora e são os comerciantes que saem prejudicados com isso, muitas das pessoas gastam, o pouco que juntam, na feira, alguns até deixam de pagar as suas contas para comprarem na feira, então os comerciantes perdem também. Eu quero deixar um alerta, muitas pessoas que estão empregadas, hoje, dependem do comércio e se depender de mim, eu vou tentar impedir a vinda da feira, principalmente em Martim Francisco e se eu souber que tem alguém envolvido eu denunciarei nesta tribuna.”. Como desistisse da palavra o Vereador Ary Augusto Reis de Macedo, ocupou a tribuna o Vereador Benedito José do Couto. “Quero falar primeiramente sobre operação tapa-buracos, já tenho requerimento pedindo operação em toda a Zona Leste, recapeamento em diversas ruas, valeras que precisam ser consertadas, mas está complicado, sei que não é só na Zona Leste, até no Centro da cidade tem buraco. Falei com o Secretário de Obras e ele me falou que estará fazendo seguindo uma certa programação, embora eu não tenha visto tapando buraco em outros lugares, mas ele disse que vai programar e fará esse serviço na Zona Leste na semana que vem, pelo menos essa parte de tapa-buraco, o restante ainda não consegui resposta. Tenho outro assunto, a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

respeito da saúde, ao longo dessa administração e de outras que participei, cheguei à conclusão que uma grande parte do problema da saúde é burocrático. A saúde precisa de um administrador em Mogi Mirim e não só aqui, pois a saúde é um problema em muitos lugares, existem cidades que estão conseguindo contornar, mesmo com a crise, estão conseguindo dar um tratamento melhor, inclusive tem cidades que visitei que conseguiram, dentro desse plano que eu penso, que é desburocratizar a questão da saúde. Vou explicar, tem uma situação que aconteceu semana passada, um senhor que já foi quatorze vezes para Campinas, tem marca-passos e faz acompanhamento médico periódico, a décima quinta vez que ele foi, a médica deu um encaminhamento dizendo que ele teria que trocar o marca-passos. Ele tem toda a documentação dizendo que ele precisa fazer esse procedimento, mas ocorre que ele e a acompanhante se esqueceram de pedir para a médica uma declaração dizendo que ele precisa do transporte, foram no departamento de transporte da Saúde e lá disseram que não há como efetuar o agendamento da viagem sem essa declaração. Criou-se uma burocracia, eu tive que falar com uma pessoa, que não vou citar o nome, ele está colaborando para ajudar, porque ele sabe que está complicado, conseguimos a declaração por e-mail e esse caso foi resolvido. Essa pessoa ainda me procurou, mas quantos ficando sem transporte? Sei de casos de quando vieram me procurar já tinham perdido a consulta em Campinas. Outro caso foi de uma senhora que ficou sem remédio de alto custo, não conseguia marcar consulta para pegar o remédio, estava tendo duas convulsões por dia e ninguém resolvia o problema dela. São coisas lamentáveis.”, finalizou. Ocupou a tribuna como último inscrito o Vereador Cinoê Duzo. “Há um tempo atrás, quando a Prefeitura anunciou que haveria abertura do concurso público, eu disse neste tribuna: ‘Gostaria que eu queimasse a língua.’, porque duvidava que ela teria a capacidade de realizar o concurso. Fizeram as inscrições, publicaram o edital e adiaram o concurso. Apresentei na Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Municipal um requerimento solicitando a data da realização do concurso público, bem como o valor arrecadado com as inscrições. Um grupo de aproximadamente cinquenta pessoas me procurou para perguntar se iria sair o concurso, porque muitas delas, assim como outras tantas pessoas, pagaram a inscrição, às vezes até com dinheiro emprestado e simplesmente a Prefeitura adiou o concurso. Em uma época de crise, como a que estamos vivendo, as pessoas apostaram e acreditaram que poderiam através do ingresso no funcionalismo público conseguirem a estabilidade tão sonhada e cada vez mais rara. Muito triste esse governo cada vez mais desacreditado, ninguém tem mais tolerância com ele e as pessoas de bem, se preparando, se dedicando e fazendo planos, de repente ficam sabendo que o concurso foi adiado. Isso é muito sério, pessoas que estavam acreditando que na virada do ano começariam um trabalho com estabilidade, mesmo com o baixo salário, pois acredito que o salário colocado no edital seja um dos menores da região, sem plano de saúde, sem vale alimentação digno e de qualidade. Fica aqui esse meu protesto, vou sim querer respostas para passar para as pessoas que me procuraram. Muito triste ver esse governo tão desgastado.”, encerrou. Não havendo, portanto, mais oradores inscritos, o Sr. Presidente comunicou aos nobres vereadores a necessidade de se nomear um novo membro para a Comissão de Saúde e Assistência Social, devido à saída da Vereadora Dayane Amaro que atuava como Presidente desta comissão, desta forma, deu o prazo de cinco dias para que um dos edis se candidatasse voluntariamente, caso contrário uma votação fica convocada para a próxima Sessão, suspendeu a Sessão às 19h39, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: EM TURNO ÚNICO: “**ex-vi**” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno: 1. Projeto de Lei nº 52, de 2016, de autoria do Prefeito Municipal “dispondo sobre a regularização e construções irregulares e dando outras providências”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação; Obra, Serviços Públicos e Atividades Privadas e de Finanças e Orçamento. Para discussão, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Senhores Vereadores, como é que nós vamos resolver? O Prefeito envia um projeto de lei em que ele regulariza as construções irregulares concluídas, a lei fala em revogação de duas leis, uma do Carlos Nelson e uma do atual prefeito, a explicação que a Comissão de Finanças obteve foi que o cidadão tem uma área irregular, aguarda aquela lei temporária que aqui nós autorizamos por trinta dias e de uma forma ela é regularizada. Os profissionais servidores da área entenderam, depois de muitos anos, a necessidade desta lei. Ele inicia com uma série de documentos, que as leis anteriores não pediam, fala de APP, nenhuma das anteriores falava de APP. Ocorre que aquele que vai regularizar alguma coisa já concluída, terá que dar uma contrapartida, se entendermos que devemos aprovar, o cidadão que quer regularizar a sua área terá que pagar. Fizemos um cálculo com a unidade fiscal criada, denominada fator de contrapartida financeira (CF), a fórmula do cálculo é $CF = 5 \times FC \times AC$, FC= fator de contrapartida e AC = área construída irregularmente, mas é preciso dizer que toda a área abaixo de 70m² é isenta, eles entendem que acima disso estão as pessoas que têm disposição para pagar. Eu fiz um cálculo aqui com uma área irregular de 5m², o valor foi R\$250,00, por esta área pequena, usada somente como exemplo. Então, vamos aprovar? Chegou a mim, no início da sessão, que um servidor do planejamento pediu para que olhássemos com ‘carinho’ para este projeto, pedi para o assessor Everaldo conferir a data que o projeto chegou à Câmara, foi em 23 de maio e o Everaldo disse



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que não há mais possibilidade de adiamento. Portanto, senhores vereadores, está há 3 meses, nós o estudamos, fizemos o parecer, mas é importante que a administração entenda que não teremos mais leis temporárias, palavras estas minhas. Ouvimos alguns profissionais da área, que por sua vez acharam a lei muito boa. Nós teremos uma lei que vai continuar regularizando as construções irregulares concluídas, mas terão mais cuidados aqueles proprietários que têm mais disposição de fazer alguma coisa irregular e não são as pessoas menos favorecidas, porque essas fazem tudo certinho. Revogam-se as únicas duas outras leis que tínhamos sobre áreas irregulares, agora, exigem-se documentos muito mais completos que as anteriores, inclusive sobre áreas ambientais, a lei está melhor e mais completa, para adiar não há mais tempo e precisamos decidir se criamos essa contrapartida.”, concluiu. Fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares. “Esse é um projeto meio indeciso, os projetos temporários, eu que já estou aqui faz três mandatos, já vi vários temporários que ajudaram muitas famílias. Fiz algumas contas, uma área de 5m² ficaria R\$200,00. No artigo 3º, ele fala de loteamos que já tem casa a mais de dez anos e estão em área de APP, lembrei, imediatamente, do Parque das Laranjeiras, pois um loteamento regularizado, diz que num total as casas foram feitas legalmente, diz nesse artigo ‘Os imóveis construídos sobre áreas de preservação permanentes (APP) são passíveis de regularização, desde que tenham perdido sua função ambiental e que estejam em área urbana consolidada a mais de dez anos, comprovado através de fotos aéreas ou cadastramento junto ao município para fins tributários.’ e ainda determina o meio de fazê-lo no parágrafo 1º ‘Para regularização em APP, o requerente deverá apresentar junto ao projeto de regularização laudo técnico com responsável técnico atestando que a edificação encontra-se em condições de uso e sem risco’ e depois ele pede uma análise da CETESB também. Tirando essa parte de regularização de APP, que foi o que eu gostei nesse projeto, eu



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

preferia os projetos temporários que vinham uma vez por ano. Como a Maria Helena falou, o projeto não pode mais ser adiado, acredito que vou votar a favor da lei, pensando muito no Laranjeiras, somente a questão dessa taxa é que se tem que tomar cuidado, pois tudo o que esse Prefeito faz é visando lucro.”, finalizou. Ato contínuo, usou a palavra o Vereador Leonardo David Zaniboni. “Antes do recesso, eu tinha redigido uma emenda suprimindo o artigo 3º inteiro, mas antes de enviar para a Casa, fui tirar a dúvida no Planejamento e o que foi me passado é que em termos de regularização de loteamento, no caso do Laranjeiras não tem a ver, deveríamos deixar esse artigo, principalmente por causa de todas as construções que tem ao longo da Avenida Brasil e a Adib Chaib, ali todos os prédios são irregulares e o fundo de todos eles estão dentro de APP, por conta do Rio Mogi Mirim. Então é por conta desses imóveis que foi mantido esse artigo, a princípio assusta pensar em regularizar áreas em APP, mas, primeiro, tem que ter dez anos, estar consolidado e precisa de um parecer da CETESB dizendo que já perdeu a função ambiental. Também sou favorável ao projeto.”, encerrou. Próximo a discutir, Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio. “Essa questão de regularização de imóveis irregulares é uma polêmica desde o meu primeiro mandato no final dos anos 90. Essas leis que se fazem, como tem a questão do REFIS, que são provisórias, têm um problema: acabam gerando uma jurisprudência futura, porque se faz uma lei para regularizar, fica aquele corre-corre, já vimos isso na época do primeiro mandato do ex-prefeito Paulo Silva e nessa época eu participei de várias discussões com engenheiros e o pessoal do CREA. Existem os prós e os contras, mas o que não se pode fazer é deixar construir em área irregular, áreas de preservação é um exemplo ou fazer construções sem a devida liberação pelo município, hoje é menos comum, mas antigamente acontecia muito, as pessoas depois de estar com a construção pronta é que entravam na prefeitura, não tinha fiscalização eficiente. Temos várias construções que foram



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

regularizadas há poucos anos e que estavam há 10 ou 15 anos estacionadas, porque estavam irregulares, ficavam cobertas e que com essas leis provisórias foram regularizadas. Eu acredito que essa lei, embora tenha algumas questões, é importante, posteriormente se for avaliado que algo não está adequado, faz-se uma alteração e passa pela Câmara. Eu acho que é uma lei importante e deve ser aprovada. As questões como a do artigo 3º, devemos considerar que tudo terá seu tramite, inclusive levando em conta a CETESB, que é muito rígida, entendo que a rigidez da lei é importante para que não se possa burlar o sistema.”, explicou. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho. “Cada um tem o seu posicionamento em ser favorável ou contrário ao projeto, eu acho que esse projeto é direcionado, vejam o caso do loteamento Murayama, que está interdito por causa da voçoroca. Por que ele não anunciou esse projeto ao invés de anunciar para populares que iria retirar o pessoal de Parque Laranjeiras, porque estavam em APP? Como não tem mais prazo para adiamento, eu já declaro ser contra e respeito aqueles que são favoráveis.”, evidenciou. (Posto a votos, em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, por quinze (15) votos favoráveis a um (1) contrário, Turno Único, o Projeto de Lei nº 52/2016, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do prefeito de Mogi Mirim). **EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 2. Projeto de Lei nº 03, de 2016, de autoria do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy “instituinto o Programa ‘Cidade Segura’ e dando outras providências” (Posto a votos, em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade, em Segundo (2º) Turno, o Projeto de Lei nº 03/2016, do Vereador Marcos Bento Alves de Godoi); (à sanção do prefeito de Mogi Mirim). **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 3. Projeto de Lei nº 67, de 2016, de autoria do Prefeito Municipal “dispondo sobre desafetação de lotes que especifica que tem por objetivo a regularização da doação feita ao Centro de Apoio P.R.A.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vida”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. Para discussão, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “É a desafetação daquela área de seis lotes do Lar Emanuel, era uma escola, quando foram fazer o registro da área doada pelo município, constava que precisaria haver a desafetação, pois aquela área na administração do então prefeito Adib Chaib dizia que era uma área para escola. Desafetar é uma expressão do direito administrativo para denominar o ato pelo qual o Estado torna um bem público apropriável, quer dizer que vai mudar a função de escola para área assistencial, está tudo correto e podemos votar favoravelmente.”, (Posto a votos, em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade, em Primeiro (1º) Turno, o Projeto de Lei nº 67/2016, do Prefeito de Mogi Mirim) (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo (2º) Turno.); 4. Projeto de Lei Complementar nº 11, de 2016, de autoria da Vereadora Maria Helena S. de Barros “alterando dispositivos da Lei Complementar nº 69/1998 que dispõe sobre a concessão de títulos honoríficos prevista na LOMM e dando outras providências”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. Para discussão, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Eu quero me corrigir, na Sessão passada eu disse que seria um Projeto de Resolução da Mesa, mas na verdade é um Projeto de Lei Complementar, porque nós alteramos uma lei em vigência. A Câmara tem várias honrarias, a Medalha João Teodoro, o Título de Cidadão Mogimiriano, por exemplo. Nós estamos discutindo esse projeto com a mesa faz aproximadamente um ano e meio. Ontem eu vi na televisão o Fábio Guerreiro, que está lá ao lado do Vadão, na seleção feminina de futebol, além dele, já disse aqui sobre o mogimiriano Luís Felipe Barros Guarnieri Manara, que é atleta paraolímpico de tênis de mesa, até mesmo o Vadão, que residiu aqui por muito tempo. Esta Casa não tem como homenagear essas pessoas e nós estamos aqui pedindo o apoio de vocês para um setor que tenha prestígio nacional e internacional, para que possamos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

homenageá-los de alguma forma. Estamos complementando a nossa lei que fala sobre concessões de títulos, acrescentando o inciso 5º que fala de placa ou diploma de mérito mogimiriano, mas não como uma projeção municipal, e sim nacional.”, inferiu. Complementando a fala da nobre vereadora o Senhor Presidente concordou que o projeto está sendo elaborado há algum tempo e que, se tudo correr dentro dos conformes, as homenagens serão prestadas ainda no ano de 2016. (Posto a votos, em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade, em Primeiro (1º) Turno, o Projeto de Lei Complementar nº 11/2016, da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros) (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo (2º) Turno.). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à **"EXPLICAÇÃO PESSOAL"**, conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Havendo desistido na palavra os Vereadores Daniel Gasparini dos Santos e Jorge Setoguchi, falou como primeiro orador o Vereador Laércio Rocha Pires. “Para vocês moradores do Parque das Laranjeiras, mais especificamente da Rua Trinta, espero que a administração não pare o trabalho que vem fazendo nessa rua, inclusive é a rua do ônibus, já estão colocando guia e sarjeta e espero que não parem, como fizeram nas outras que ficaram quatro a cinco meses e não terminaram. A Rua Quinze é uma dessas ruas, que já foi até danificada pelas chuvas. Dizer para essa população, mais uma vez, que todo o recurso que será usado para fazer o asfalto é recurso próprio do município, é o imposto que vocês pagam, o IPTU, porque está rolando aí, três ou quatro vereadores dizendo que arrumaram verba para esta rua, então não sejam enganados, porque isso é mentira, isso é recurso próprio. Nós fizemos esse levantamento no departamento, para saber se teve envio de verba por algum deputado para essa benfeitoria. Fica fácil dar nomes para pessoas que não correram atrás de nada, se tem esse pedido de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

verba, ela ainda não chegou até os cofres da prefeitura, então o investimento provém de recurso próprio. Temos que jogar transparente com essa população que está cansada de ser enganada. Queria também dizer sobre o Jardim Planalto, que é uma correria que eu já venho fazendo há alguns anos. Entra prefeito e sai prefeito e ninguém toma providência sobre aquela rua que não tem acostamento, nem calçada, é uma saída de escola, com as crianças transitando por aquele trecho, fica muito perigoso, ali tem um grande fluxo de automóveis, inclusive ônibus. Isso é incompetência de todos os prefeitos que passaram por aqui, porque o prefeito tem que ter responsabilidade de olhar para a cidade, já morreram seis pais de família naquela avenida. Então, quero deixar um recado para o futuro prefeito, que nós até já sabemos quem será, quero pedir que faça algo naquela avenida, quem tem áreas naquela avenida são cidadãos que têm recursos, a prefeitura precisa fazer guia e sarjeta, e intimar os donos dos terrenos a fazerem o acostamento. Se não for feito isso, muito provavelmente iremos assistir a uma tragédia naquele local.”, discursou. Como desistisse da palavra o Vereador Leonardo David Zaniboni, discursou o próximo Vereador inscrito, Luís Roberto Tavares. “Realmente o Pires tem razão quando ele cobra o Prefeito, porque na verdade, ele começa uma obra e é praxe nessa administração. (DEVIDO A UMA FALHA NO EQUIPAMENTO DE FILMAGEM UM INTERVALO DE 3 MINUTOS DA FALA DO VEREADOR LUÍS ROBERTO TAVARES NÃO FOI GRAVADO, IMPOSSIBILITANDO SUA TRANSCRIÇÃO NESTA ATA). Peço a todos vocês procurem, vocês não vão achar, é a primeira verba para o Parque das Laranjeiras que vem carimbada e eles tiveram a incompetência de perder esse dinheiro. Eu lamento, porque tanto eu, como os demais vereadores, gostaríamos que essa verba vingasse pelo menos para essas duas ruas. Não foi falta de trabalhar, o deputado veio aqui, falou para mim que ia arrumar, disse que a primeira verba que pudesse mandar para Mogi Mirim



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

seria destinada ao Parque das Laranjeiras, o deputado Sílvio Torres é uma pessoa de caráter e tem palavra, realmente ele cumpriu, uma pena que o nosso administrador não tem capacidade para recuperar esse dinheiro antes que termine o mandato dele. Eu gostaria de dar os parabéns ao Sub-tenente Robert César, ao Ademar, ao pais e a todos ao atiradores do TG-02023. O Cinoê e o Setoguchi acompanham de perto o TG-02023, e sabem, mesmo com todos os problemas que eles têm com o imóvel e equipamentos, com muita honra, nós estivemos lá no sábado passado, para a entrega da boina verde para todos os atiradores. Meu filho está fazendo o TG e disse que é muito difícil passar pelo treinamento e todos eles conseguiram, quero dar os parabéns a todos, mas principalmente pelo comando dos dois que têm uma equipe exemplar.”, finalizou. Desistiu da palavra o Vereador Luiz Antônio Guarnieri, falou a Vereadora Luzia Cristina Côrtes Nogueira. “Caro colega Robertinho, estava esperando a resposta da Prefeitura para o requerimento sobre a Cidade Brasil, a questão da limpeza do município está terrível, liguei esses dias para o setor e perguntei como estava o calendário e me responderam que não há calendário, questionei sobre como estava o combinado de fazer um dia ou dois por região, disseram que não tem nada claro, que o município não enviou calendário esse ano. Ocorre que pessoas que moram sozinhas e tem mais idade, acabam limpando seus terrenos e estão sendo multadas, pois vão colocando nas calçadas os entulhos pouco a pouco, mas como ninguém recolhe, aquilo vai acumulando até que levam a multa de R\$169,00, como me falou uma senhora este final de semana, desesperada, pois não tinha de onde tirar esse dinheiro. No decorrer desta semana, eu espero que a presidência me apoie, eu vou estar requerendo que venha aqui na Câmara os responsáveis para responder como que está a limpeza nessa município. Com o final do ano, vêm as chuvas fortes e como ficará o município? Espero que todos se juntem a mim nesse pedido, para darem respostas à população, o município não faz, mas vai lá e dá a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

multa.”, disse. Como o próximo orador, discursou o Vereador Marcos Bento Alves de Godoi. “Estou aqui em nome de todos os pré-candidatos e membros do Solidariedade, aos colegas aqui presentes, eu quero agradecer a postura, a atitude do Presidente Leonardo Zaniboni, pela sua serenidade diante da situação e pela força que você teve em salvar uma situação complicada, estava o Solidariedade sendo fraudado e enganado. Um grupo esperançoso dentro do partido, onde hoje quatro vereadores representam esse partido aqui na Câmara, inclusive a Presidência desta Casa, vinham acompanhando o que estava acontecendo e a forma como estava acontecendo, estava tudo sendo construído em cima de fraudes, mentiras e enganação. E a gente conseguiu vencer, o Presidente, a Dina, sua assessora, que embora estivéssemos destituídos, em uma situação instável com pessoas inocentes sendo usadas dentro do partido. Estou muito contente da forma como tudo foi conduzido. Eu quero aqui, em nome de Tiririca, do Quinho e todos vocês que estão aqui agradecer. Eu não tenho preferência pelo Ricardo ou pelo Carlos Nelson, para mim todos têm condições e competência de exercer o trabalho no executivo nesta cidade, basta querer fazer bem feito. Para mim, não teria importância quem seria o escolhido através de uma democracia, pois é isso que se prega na política nacional e não era isso que estava sendo feito aqui em Mogi Mirim e tenho certeza que isso acontece em todas as cidades. O nosso partido Solidariedade, na época eu ainda não estava no partido, mas ele foi subornado há alguns meses atrás, também por influência política. Essa é a política que nós vivemos no país, cada vez mais desacreditada, cada vez mais desprezada. Hoje ser político, como médico, empresários ou professor, não é fácil, a gente tem que ter muita força e perseverança, porque a vontade sempre é desistir, mas corre nas veias o sangue que fala mais forte e a gente permanece. Mais uma vez, em nome de todo o grupo Solidariedade, quero agradecer a tranquilidade que tudo foi conduzido, se vai permanecer da forma como está nós não sabemos, mas pelo menos nós fizemos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

da forma correta, sem magoar ninguém.”, salientou. Como desistissem da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros e os Vereadores Osvaldo Aparecido Quaglio, Waldemar Marcurio Filho, Dr. Ary Augusto Reis de Macedo e Benedito José do Couto, usou da palavra, o Vereador Cinoê Duzo. “As pessoas da área da educação me perguntaram preocupadas em relação ao 7 de setembro, estamos a um mês e não se fala nada. Estamos vivenciando o momento das Olimpíadas, onde nós vimos alguns exemplos de como ser um atleta olímpico, por exemplo, Wanderlei, que foi do atletismo, teve a honra de acender a pira olímpica, por seu espírito olímpico, mesmo sendo barrado no meio de sua prova, ele teve o espírito de continuar e foi agraciado e reconhecido com a mais alta honraria das Olimpíadas. Qual a analogia? Por que não resgatar o civismo em nossa cidade? Se o governo não faz a parte dele, façamos a nossa, tem um filósofo espanhol que diz exatamente isso ‘Se lá eles não fazem nada, façamos nós aqui.’. Até foi aprovada uma lei nesta Casa, exigindo o cumprimento do desfile de 7 de setembro, aprovada por todos. Seria uma vergonha nacional, com esse clima olímpico, o mundo está de olhos no Brasil, se nós não cumprirmos essa honraria de 7 de setembro, que é a Proclamação da República. Outro assunto, tive reclamação do pessoal de Martim Francisco sobre a questão do maltrato com os animais que infelizmente continua, sei muito bem, até citei para as pessoas que me procuraram, do zelo do Vereador Roberto, que lá esteve. Também vou me juntar a essa causa, como diz a missão de Santo Agostinho ‘Cuidar dos nossos animaizinhos com carinho’. Como uma pessoa consegue maltratar um animal indefeso? Um animal só nos traz benefícios e carinho, vou dar o exemplo dos autistas em relação à terapia que eles fazem com cavalos, nós não conseguimos compreender, os psicólogos talvez possam nos auxiliar, essa relação entre o animal, a pessoa e a recuperação plena dela. Então, fica aqui esse meu protesto e inconformismo para com as pessoas que têm coragem de maltratar os animais, todos os que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

defendem essa causa podem contar com o apoio do Vereador Cinoê, acredito que não seja só em Martim Francisco.”, declarou. Após a fala do vereador Cinoê Duzo, o Senhor Presidente, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, prestou alguns esclarecimentos: “Eu entendo o questionamento de vários vereadores sobre eu não ter aberto para que se fossem feitas perguntas para a Secretária Elisanita, eu acredito que a resposta dela sobre a questão do duodécimo foi suficiente, inclusive vai ficar nas correspondências o que foi feito com o dinheiro. Eu acho que se fosse aberto para questionamentos iríamos sair desse tema, inclusive, por ser esse um ano de eleição, muito provavelmente a tribuna se tornaria motivo para se fazer campanha. Se for vocês acharem necessário fazer mais algum questionamento, façam por requerimento, porque eu tenho certeza que será aprovado por todos nesta Casa.”. Não havendo mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente determinou que fosse guardado um respeitoso **MINUTO DE SILÊNCIO** pelo passamento das Senhoras Maria José Donati Bonatti, Maria Izabel Leme Tarraschi e do Senhor Agostinho Nespini, todos falecidos recentemente. Cumprida dita providência e nada mais a tratar o Sr. Presidente, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 20h41, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

APS